



# DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO



Órgão Oficial do Município

**Dia 15 de Março de 2022**  
**Lei nº 661 de 09 de Abril de 2007**

**Ano XVI**

**Nº 2316**



## **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

### **PARECER CONCLUSIVO**

REQUERIMENTO DE INCENTIVO ECONÔMICO. EMPRESA DO RAMO DE CONFECÇÕES. GERAÇÃO DE EMPREGOS DIRETOS E INDIRETOS. INVESTIMENTO FINANCEIRO. FOMENTO DA ECONOMIA LOCAL. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DA LEI MUNICIPAL Nº 1363, DE 23 DE MARÇO DE 2017. INTERESSE PÚBLICO ATENDIDO. EQUIVALÊNCIA ENTRE BENEFÍCIOS E CONTRAPARTIDA. PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE, RAZOABILIDADE E ECONOMICIDADE.

Trata-se de PARECER CONCLUSIVO emitido pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo, em relação ao requerimento de incentivo econômico apresentado pela empresa Santa Luzia Confeções LTDA, conforme documentos anexos.

É o breve relatório. Passamos a opinar.

#### **I DA LEI MUNICIPAL Nº 1363/2017**

O Município de Monte Carmelo dispõe de legislação própria e específica, a Lei nº 1363/2017, que cria o Programa de Incentivo à instalação de empresas e empreendimentos com a finalidade de gerar empregos diretos e indiretos, aumentar o incremento nos impostos municipais, fomentar o comércio local e dar mais qualidade de vida aos municípios com incremento de renda.

Nesse aspecto, a Lei Municipal permite, a requerimento da empresa interessada (art. 1º) a concessão de incentivos econômicos a empresas privadas (art. 2º, II), desde que apresentado o respectivo projeto (art. 3º, parágrafo único), comprovando, também, a regularidade fiscal e trabalhista (art. 4º).

#### **II DA EMPRESA**

A empresa SANTA LUZIA CONFECÇÕES LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 07.345.066/0001-62, representada pelo Sócio Administrador Marcel Almeida Cury, apresentou no dia 12 de janeiro de 2022, requerimento de concessão de incentivo econômico (pagamento de aluguel) pelo período de 10 (dez) anos.

Com efeito, anexou documentos empresariais que comprovam o propósito e a atividade empresarial, bem como o projeto de viabilidade, acompanhado do cronograma de investimento, de empregabilidade, de faturamento, de benefícios e de prazos para início das atividades, nos termos do que exige a Lei Municipal.

Anexou, também, os documentos que comprovam a regularidade fiscal e trabalhista, com exceção do Certificado de Regularidade do FGTS.

#### **III DO EMPREENDIMENTO**

Pelo que se depreende dos documentos, trata-se de empresa que realiza a confecção de roupas sob o modelo tradicional de costura, através de linhas de produção, exercendo a atividade de fabricação de produtos do vestuário e industrialização do tecido sob encomenda; é certificada no programa ABVTEX e especializada em costura de tecidos planos, tendo como destinação final dos seus produtos os grandes magazines do país, como Renner, Lojas Pernambucanas, Havan, Carrefour, Riachuelo, possuindo expertise em controle de processos industriais do ramo de confecção.

Segundo o estudo de viabilidade e o cronograma de atividades, a empresa iniciará suas atividades no prazo de 60 (sessenta) dias, mediante a disponibilização do incentivo econômico e treinamento por parte dos futuros contratados.

Assim, a empresa anuncia: a) faturamento anual de R\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); b) contratação, no primeiro ano, de até 50 (cinquenta) funcionários diretos, sendo 01 (um) gerente, 01 (um) encarregado, 10 (dez) auxiliares, 34 (trinta e quatro) costureiras e 01 (um) funcionário para serviços gerais; c) treinamentos dos colaboradores; d) contratação preferencial de mão-de-obra local para montagem da estrutura empresarial, com aproximadamente 7 (sete) postos de trabalho temporário; instalação de 01 (uma) célula de costura no primeiro ano, com possibilidade de expansão para 02 (duas) células e posteriormente 03 (três) células. Para tanto, a empresa necessita de um local apropriado para instalação de sua unidade, consistente em prédio horizontal de, no mínimo, 600 m<sup>2</sup> (seiscentos metros quadrados), com energia trifásica e banheiros adaptados, em local de fácil acesso e servido de transporte público.

#### **IV DO INTERESSE PÚBLICO**

Baliza fundamental para concessão dos incentivos econômicos à empresa requerente é o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular, o qual, inclusive é referido em diversos dispositivos mencionados como possibilitadores da concessão de tais benefícios.

O interesse público é caracterizado como o interesse geral, interesse de toda a coletividade, não o interesse de uma pessoa, de um grupo de pessoas, ou do próprio ente estatal como pessoa jurídica de direito público, é o interesse caracterizado como persecução do bem comum.

Ora, a taxa de desemprego (desocupação) no 4º (quarto) trimestre de 2021 fechou em 11,1 %; não obstante, são fatos públicos e notórios os impactos da pandemia, que gerou empobrecimento, impactando diretamente na economia, nos postos formais e informais de trabalho, no consumo e na geração de renda.

Segundo levantamento da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Minas Gerais foi o segundo estado que mais fechou lojas em 2020. Conforme dados da JUCEMG:

Em 2021, o número de empresas registradas em Minas Gerais cresceu 32,38% no comparativo ao ano anterior. Os dados da Junta Comercial de Minas Gerais apontam que 74.185 negócios foram formalizados, número bem superior às 56.040 constituições de 2020. O mês de julho foi o que apresentou os melhores resultados – 7.106 formalizações e crescimento de 38,5% em relação ao mesmo mês de 2020. Na sequência, agosto e março apresentaram os melhores resultados, respectivamente, com 7.017 e 6.956 empreendimentos abertos.

Por segmento, o setor de serviços apresentou a maior taxa de crescimento, 50.750 formalizações, 35,9% a mais no comparativo a 2020, que registrou 37.336 empreendimentos abertos. O comércio e a indústria também cresceram entre os períodos comparados. No ano passado, foram abertas 19.929 lojas e 4.611 indústrias, enquanto, em 2020, foram 15.290 constituições no setor de comércio e 3.526 no industrial. Na comparação com os dados de 2019, o setor de serviços cresceu 47,5% em 2021. Foram registrados, naquele ano, 34.391 formalizações em serviços, 14.577 no comércio e 3.225 na indústria. Os dados da Jucemg não incluem os Microempreendedores Individuais (MEIs), que são registrados diretamente no Portal do Empreendedor do governo federal.

Nesse sentido, espera-se, nesse novo cenário em que a economia mineira já demonstra sinais de recuperação, que a concessão de incentivo econômico à empresa Santa Luzia Confeções possa contribuir de maneira eficiente para fomentar a economia local, sobretudo, por meio da geração de emprego e renda.

Por outro lado, não se ignora as dificuldades enfrentadas no cenário econômico atual, contexto em que a atuação do Poder Público revela-se de fundamental importância:

O PIB se contraiu no terceiro trimestre de 2022 e as indicações para o quarto trimestre vão na mesma direção. A pesquisa sobre o setor de serviços (PMS) mostrou queda de 1,2% em outubro, mês em que a arrecadação real da Receita Federal cresceu apenas 0,23% em relação ao ano passado e o indicador mensal do PIB, o IBC-Br do Banco Central do Brasil (BC), mostrou queda de 0,4%. Enquanto isso, a inflação continua perto de 1% ao mês, algo raramente visto no Brasil nos últimos 20 anos.

Nesse sentido, após análise do Projeto de Viabilidade, constatamos que o interesse público está devidamente demonstrado, presente na: a) oferta de empregos diretos; b) oferta de empregos indiretos; c) aquecimento da economia local, seja através da renda dos colaboradores, seja pela aquisição de matéria prima, materiais e equipamentos para a instalação da empresa; d) aumento da receita de tributos municipais; e) treinamento dos colaboradores; f) possibilidade de expansão no mercado empresarial, com abertura de mais 02 (duas) células de costura e abertura de mais postos de trabalho.

Com efeito, a concessão do benefício econômico pelo Município de Monte Carmelo à empresa requerente, por meio de custeio de aluguel pelo período de 10 (dez) anos, encontra-se em equivalência com a contraprestação, proporcionada com a instalação da referida empresa, o que se evidencia pelos princípios da proporcionalidade, razoabilidade e economicidade.

Por fim, constituem objetivos da República Federativa do Brasil, na forma prevista no art. 3º da Constituição da República: construir uma sociedade livre, justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza e a marginalização, e; reduzir as desigualdades sociais e regionais.

No mesmo sentido é o disposto no art. 2º, § 2º, da Lei Orgânica de Monte Carmelo, segundo o qual constituem objetivos fundamentais do Município: garantir o desenvolvimento municipal, estadual e nacional; erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais; garantir a efetivação dos direitos humanos, individuais e sociais.

Diante do exposto, depreende-se que a concessão do incentivo econômico na forma requerida atende ao interesse público municipal.

#### V DO DEFERIMENTO

Pelo exposto, somos pelo deferimento da concessão do incentivo econômico requerido pela empresa Santa Luzia Confecções LTDA, por meio de pagamento de aluguel pelo período de 10 (dez) anos, considerando a existência de interesse público municipal, condicionada a concessão do incentivo à juntada do Certificado de Regularidade do FGTS no prazo de 30 (trinta) dias, de forma a garantir a total observância aos critérios estabelecidos pela Lei Municipal nº 1363/2017.

Salvo melhor juízo, é o parecer.

Monte Carmelo, 25 de fevereiro de 2022.

**Fábio José Gonçalves**  
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico,  
Inovação, Governo e Turismo



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**  
ESTADO DE MINAS GERAIS



**DECRETO Nº 2519, DE 14 DE MARÇO DE 2022.**

*"Autoriza a cessão do(a) servidor(a) público(a) Emerson Paiva para o Município de Coromandel/MG."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE MONTE CARMELO**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 70, VI, da Lei Orgânica do Município e em conformidade com o § 2º do art. 159 da Lei Complementar nº 08/2005,

**CONSIDERANDO** que o artigo 159 da Lei Complementar 08/2005 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, prevê a possibilidade de cessão de servidor público municipal, mediante requisição para ter exercício em outro órgão ou entidade dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

**CONSIDERANDO** que o parágrafo 2º do art. 159 prevê que a cessão far-se-á mediante Decreto do Poder Executivo;

**CONSIDERANDO** que a cessão constitui ato de colaboração entre os entes públicos;

**CONSIDERANDO** que a cessão será sem ônus para o Cedente/Município de Monte Carmelo;

#### DECRETA:

**Art. 1º** Fica autorizada a cessão do(a) servidor(a) público(a) EMERSON PAIVA, matrícula nº 439564, ocupante do cargo de ENFERMEIRO SAÚDE PÚBLICA, para desempenhar suas atribuições no Município de Coromandel/MG, pelo período de 14/03/2022 a 14/03/2023.

**Art. 2º** Caberá ao Município de Coromandel o ônus com as despesas relativas à remuneração mensal do(a) servidor(a) e com os demais encargos sociais e trabalhistas.

**Art. 3º** Demais obrigações e condições serão estabelecidas em Termo de Convênio celebrado entre o Município de Monte Carmelo/MG e o Município de Coromandel/MG, para a cessão de servidor público municipal efetivo, observadas as alterações posteriores.

**Art. 4º** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Monte Carmelo/MG, 14 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal de Monte Carmelo

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PORTARIA Nº 11.910, DE 14 DE MARÇO DE 2022.**

*"Designa Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil."*

O Prefeito Municipal de Monte Carmelo, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 70, VI, e art. 86, II, 'd', da Lei Orgânica, art. 6º da Lei Municipal nº 1792, de 24 de fevereiro de 2022, e parágrafo único do art. 3º do Decreto Municipal nº 2518, de 10 de março de 2022,

**CONSIDERANDO** que a Lei Municipal nº 1792, de 24 de fevereiro de 2022, criou a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil – COMPDEC do Município de Monte Carmelo/MG, diretamente subordinada ao Prefeito ou ao seu eventual substituto, com a finalidade de coordenar, em nível municipal, todas as ações de Proteção e Defesa Civil nos períodos de normalidade e anormalidade (art. 1º);

**CONSIDERANDO** que é importante que a comunidade e o Governo Municipal estejam conscientes da necessidade de um órgão governamental e de associações comunitárias que visem à segurança da coletividade;

**CONSIDERANDO** o disposto no art. 6º da Lei Municipal nº 1792, de 24 de fevereiro de 2022, que estabelece que "o Coordenador da COMPDEC será indicado pelo Chefe do Executivo Municipal, competindo-lhe organizar as atividades de Proteção e Defesa Civil no município";

**CONSIDERANDO** o parágrafo único do art. 3º do Decreto Municipal nº 2518, de 10 de março de 2022, que dispõe que "o Coordenador será designado por Portaria do Prefeito Municipal";

#### RESOLVE:

**Art. 1º** Fica designado o servidor Fábio José Gonçalves, Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Inovação, Governo e Turismo, matrícula 441362, para desempenhar a função de Coordenador Municipal de Proteção e Defesa Civil.

**Art. 2º** Revoga-se a Portaria nº 11.665, de 13 de janeiro de 2022.

**Art. 3º** Esta Portaria entra em vigor na data de publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 14 de março de 2022.

**PAULO RODRIGUES ROCHA**  
Prefeito Municipal

**IOLANDA GOMES SUNAHARA**  
Procuradora Geral do Município



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 332 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.**

*"Prorroga contrato por prazo determinado na forma que especifica".*

O Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG, no uso de suas atribuições legais,

**CONSIDERANDO** que a prestação dos serviços públicos não pode ser interrompida;

**CONSIDERANDO** que o art. 37, IX da Constituição da República prevê que "a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público";

**CONSIDERANDO** que o art. 250 da Lei Complementar 08/2005, prevê que "para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Direta, as Autarquias e fundações públicas de Monte Carmelo/MG poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado";

**CONSIDERANDO** que o art. 251, IV, da referida lei estabelece que "considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público o atendimento a situações emergenciais e de urgência, devidamente justificadas, que não podem aguardar a realização de concurso público, sob pena de comprometer a prestação de serviço público";

**RESOLVE:**

**Art. 1º** PRORROGAR até 31 de Dezembro de 2022 o contrato por prazo determinado do servidor **LUIZ CÉSAR PINHEIRO DE SOUZA**, matrícula nº 336, ocupante do cargo **ENCANADOR**.

**Art. 2º** Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/01/2022.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 25 de Fevereiro de 2022.

**RICARDO DE CASTRO SILVA**  
DIRETOR GERAL – DMAE



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 333 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.**

*"Faz exoneração que especifica".*

O Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo/MG, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar, **IAGO BERNARDES DE RESENDE**, matrícula nº 000327, ocupante do cargo de **ENCANADOR**, lotado no DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO – MG.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 08/02/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 25 de fevereiro de 2022.

**RICARDO DE CASTRO SILVA**  
DIRETOR GERAL – DMAE



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 334 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.**

*"Faz exoneração que especifica".*

O Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte

Carmelo/MG, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Exonerar a pedido, **ANNE KAROLLINY DE OLIVEIRA ALVES**, matrícula nº 000326, ocupante do cargo de **AUXILIAR ADMINISTRATIVO**, lotado no DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO – MG.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/02/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 25 de fevereiro de 2022.

**RICARDO DE CASTRO SILVA**  
DIRETOR GERAL – DMAE



**DEPARTAMENTO MUNICIPAL  
DE ÁGUA E ESGOTO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PORTARIA Nº 335 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2022.**

*"Faz nomeação que especifica".*

O Diretor do Departamento Municipal de Água e Esgoto de Monte Carmelo-DMAE, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

**RESOLVE:**

**Artigo 1º** - Nomear, **ANNE KAROLLINY DE OLIVEIRA ALVES**, matrícula nº 000326, para o cargo provimento em comissão de **CHEFE DE SEÇÃO II**, lotado no DMAE – DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE MONTE CARMELO - MG.

**Artigo 2º** - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos em 01/02/2022.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Monte Carmelo/MG, 25 de fevereiro de 2022.

**RICARDO DE CASTRO SILVA**  
DIRETOR GERAL - DMAE



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. MODALIDADE:** Inexigibilidade nº. 03/2022 – Processo nº 34/2022. **Objeto:** Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços profissionais técnico-especializados para consultoria e assessoria jurídico-administrativa visando a revisão e adequação das leis municipais para realização de concurso público consoante as necessidades do Município de Monte Carmelo-MG, conforme art. 26, inciso II da Lei 8.666/93. **Partes:** Município de Monte Carmelo – MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78, e: Empresa: Edberto Quirino & Advogados Associados S/S, CNPJ: 07.165.261/0001-00. Valor Total: R\$ 45.000,00. Contrato nº 76/2022. **Vigência:** 31/12/2022. **Data:** 10/03/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **Aviso de Habilitação.** O Presidente da CPL torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 34/2022 – Inexigibilidade nº 03/2022. Proponente Habilitada: Edberto Quirino & Advogados Associados S/S, CNPJ: 07.165.261/0001-00. **Data:** 10/03/2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Presidente da CPL. **Aviso de Ratificação.** A Secretária Municipal de Fazenda do Município de Monte Carmelo - MG torna pública a Ratificação do Processo nº 34/2022 – Inexigibilidade nº 03/2022, em favor da Proponente: Edberto Quirino & Advogados Associados S/S, CNPJ: 07.165.261/0001-00. **Data:** 10/03/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda.



**PREFEITURA MUNICIPAL  
DE MONTE CARMELO**

ESTADO DE MINAS GERAIS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO-MG. AVISO DE HABILITAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 15/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 26/2022.** Objeto: Refere-se a Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de Massa

Asfáltica CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), Rejeito e RR- 1c (Material de Pintura de Ligação para CBUQ), solicitados pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais, de Monte Carmelo - MG. Com Cota de Itens para Participação Exclusiva das Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas. O Pregoeiro torna público o Resultado da Habilitação do Processo nº 26/2022, modalidade Pregão SRP nº 15/2022 – Tipo: menor preço por item. **Empresa Habilitada:** Construtora Engeudi Comércio e Serviços Ltda, CNPJ: 20.333.363/0001-56. Data: 24/02/2022. Iscleris Wagner Gonçalves Machado – Pregoeiro. **AVISO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO SRP Nº 15/2022, FORMA: PRESENCIAL– PROCESSO Nº 26/2022.** A Secretária Municipal da Fazenda torna pública a Homologação do Processo nº. 26/2022, modalidade Pregão SRP nº 15/2022 – Tipo: menor preço por item, em favor da Empresa: Construtora Engeudi Comércio e Serviços Ltda, CNPJ: 20.333.363/0001-56. Data: 25/02/2022. Ana Paula Pereira – Secretária Municipal de Fazenda. **EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. PREGÃO SRP Nº 15/2022, FORMA: PRESENCIAL, PROCESSO Nº 26/2022. Órgão Gerenciador:** Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78. **Vigência:** 12 (Doze) meses. **Empresa:** Ata RP nº 84/2022: Construtora Engeudi Comércio e Serviços Ltda, CNPJ: 20.333.363/0001-56. **Valor Global:** R\$ 1.846.800,00. **Data:** 02/03/2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal da Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO. Nono Termo de Apostilamento da Ata de Registro de Preços 87/2021, Pregão SRP Nº 18/2021 - Processo nº 26/2021.** Celebram entre si o Município de Monte Carmelo-MG, CNPJ: 18.593.103/0001-78 e a Empresa: Posto Uai Ltda, CNPJ: 18.593.087/0001-13. **Objeto:** Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Combustíveis destinados a Frota de Veículos e Máquinas Pertencentes ao Município de Monte Carmelo - MG. A Prefeitura Municipal de Monte Carmelo – MG, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o APOSTILAMENTO da Ata de Registro de Preços nº 87/2021, concedendo o reequilíbrio de acordo com o estudo técnico de reajuste de preços. Ata de Registro de Preços nº 87/2021: item 03: Óleo Diesel S10 LT- Percentual Concedido: 17,67%; valor atualizado: R\$ 6,804. Monte Carmelo, 11 de março de 2022. Ana Paula Pereira - Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 274/2021, Pregão SRP Nº 102/2021, Processo nº 127/2021.** Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Aldo Messias Pinto Eireli - ME, CNPJ: 05.193.751/0001-95. **Objeto:** Refere-se a Registro de Preços para Futura e Eventual Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Locação de Caminhão Basculante e Máquina Retroescavadeira para Atender as Necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos e Rurais de Monte Carmelo – MG. Para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 274/2021, concedendo o acréscimo de 25% do item 01 e 24,44% do item 02. 04/03/2022. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO – MG. Extrato do Primeiro Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 299/2021, Pregão SRP Nº 110/2021, Processo nº 140/2021.** Celebram o Município de Monte Carmelo-MG e a Empresa: Vidraçaria Soares Ltda - EPP, CNPJ: 18.458.455/0001-10. **Objeto:** Refere-se à Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Recarga de Cilindros de Oxigênio Medicinal, para atender às Necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, do Município de Monte Carmelo MG. Com Cota e Reserva de Itens para Participação Exclusiva de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Equiparadas, neste ato representada pela Secretária Municipal de Fazenda, com fundamento no Art. 65, § 8º da Lei Federal nº 8666/93, determina o apostilamento da Ata de Registro de Preços nº 290/2021, concedendo reequilíbrio de preços nos itens da Ata de Registro de Preços em 25%. Valores unitários atualizados: Item 01: R\$ 92,50. Item 02: R\$ 110,62. Item 03: R\$ R\$ 110,62. Item 04: R\$ 62,37. Item 05: R\$ 62,37.

04/03/2022. Ana Paula Pereira- Secretária Municipal de Fazenda.



## PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO

ESTADO DE MINAS GERAIS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE CARMELO, EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 63/2021, PROCESSO 63/2021, PREGÃO 48/2021. Contratante:** Município de Monte Carmelo-MG. **Contratada:** Find Soluções Corporativas Ltda, CNPJ: 19.810.139/0001-29. **Objeto:** Refere-se a Adesão à Ata de Registro de Preços gerenciada pelo CONSMEPI (Consórcio Intermunicipal Multissetorial do Médio Rio Piracicaba), para Contratação de empresa especializada na área de informática para prestação de serviços de implantação e customização de aplicativo integrado ao sistema de gestão pública municipal. **Cláusula:** Constitui objeto do presente Termo Aditivo o acréscimo de 25% dos valores do item 01 e item 02 do Contrato nº 63/2021. Valor reajustado item 01: R\$ 1.875,00. Valor reajustado item 02: R\$ 1.375,00. Monte Carmelo, 02 de março de 2022. Ana Paula Pereira– Secretária Municipal da Fazenda.

### EXPEDIENTE

### DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO

[ÓRGÃO INFORMATIVO DA PREFEITURA  
MUNICIPAL DE MONTE CARMELO](#)

[RESPONSÁVEL: BRUNA LAÍS DE OLIVEIRA](#)

[TELEFONE: \(34\)3842-5880 - RAMAL 228](#)

[ACESSE: www.montecarmelo.mg.gov.br](http://www.montecarmelo.mg.gov.br)